

## Carta Aberta Campinas,

Os educadores, abaixo relacionados, presentes no IV Seminário Internacional de Pesquisa do GREPPE “Privatização da Educação na América Latina”, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE), realizado na Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas/SP em agosto de 2014, vêm a público manifestar-se contra processos e estratégias de privatização da educação pública, na medida em que estes geram e aprofundam processos de segregação e estratificação da educação que se confrontam com o direito humano à educação.

Acreditamos que a incidência política, referenciada em pesquisas e estudos, é condição necessária para a efetivação de um sistema educacional público organizado, gerido e financiado pelo Estado com participação e controle social.

Em vista disso, nos colocamos contrários a:

- crescente oferta e controle da educação básica por parte do setor privado lucrativo em países e regiões, transformando a pobreza e a vulnerabilidade em campo para os negócios;

- a crescente presença de empresas e corporações como protagonistas na definição da agenda educacional em âmbito nacional e internacional;
- a contratação de assessorias privadas para elaboração de programas curriculares, avaliação de professores, produção de “sistemas privados de ensino”, que se transformam em políticas educacionais para redes públicas de ensino subordinando-as aos interesses de mercado e à sua volatilidade;
- a expansão da transferência de recursos públicos para o atendimento educacional em instituições privadas, com e sem fins lucrativos;

Diante desse cenário, defendemos:

Que a lógica gerencialista de gestão, própria da iniciativa privada, não se coaduna com os princípios da educação pública, que, como um direito humano inalienável de todo cidadão, não pode ser tratada como mera mercadoria.

Reafirmamos, assim, o princípio de que os recursos públicos sejam destinados exclusiva e diretamente às redes e escolas públicas e que sua definição seja resultado da participação social e controle público.

Finalmente, defendemos um amplo debate e alianças estratégicas com entidades da sociedade civil organizada, conselhos municipais e estaduais de educação, pesquisadores nacionais e latino americanos, o Ministério Público para que os princípios mencionados nesta carta (recurso

público exclusivamente para escola pública, gestão democrática e de qualidade) possam ser melhor defendidos por todos aqueles que acreditam na educação pública como um direito.

Theresa Adrião- FE/UNICAMP

Raquel Borghi - UNESP/RIO CLARO

Teise Guaranha Garcia - USP/Ribeirão Preto

Regiane Helena Bertagna - UNESP/RIO CLARO

Adriana Dragone - UFPR

Dalva de Souza Franco - FE/UNICAMP

Luciana Sardenha Galzerano – FE/UNICAMP

Gustavo Paiva – Ação Educativa

Giovanna Modé (CLADE)

Liliane Ribeiro de Mello

Vanessa Purificação Garcia

Priscilla de Paula Rodrigues

Letícia B. Sampaio

Beatriz Aparecida da Costa

Camila Mantovani Dias

Eric Ferdinando Passone

Vera Maria Vidal Peroni  
Cristiane da S. Antonio  
Patrícia Adriana Abdalla  
Caroline F. N. J. Azevedo  
Uli Afonso Dutra  
Maria Aparecida Zalduino  
Luciana Sardenha Galzerano  
Nadia Pedrotti Drabach  
Sônia Regina Ferreira de Oliveira  
Elisangela Maria Pereira Schimonek  
Alessandra Aparecida Cain  
Juliana Gimenes Gianelli  
Cileda dos S. S. Perrella  
Maria Lucia Lemos Ceccon  
Katya Lacerda Fernandes  
Domingos Pereira da Silva  
Alexandra Pereira da Silva  
Kaio José Silva Maluf Franco  
Fabiana Alvarenga Filipe

Kelly Marques dos Santos  
Taís Cristine Maximo de Souza  
Aline Gabriela Anacleto do Nascimento  
Erika Moreira Martins  
Luiz Carlos Gesqui  
Mariana Rarroni Breda  
Priscilla Gama Cardoso  
Paulo Henrique de Oliveira Arantes  
Ana Claudia Cardoso  
Luana de Paula Rocha  
Galia Xuen Lan Sandoval Jacobo  
Eneida Fátima Marques  
Lidiane Teixeira X. Alves  
Paulo Roberto Alves  
Marcos Jorge  
Tatiana Palamini Souza  
Rosemary Mattos  
Cintia Magno Brazorotto  
Juliana Maria Arruda Vieira

Ana Carolina P. M. dos Santos

Pedro Ganzeli

Andréia Silva Abbiati

Sérgio Ricardo Evangelista

Mila Dezan

Cássia Domiciano

Campinas, 08 de agosto de 2014